

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS
NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE
ATA DE REUNIÃO ORDINÁRIA

Ata de reunião ordinária do Núcleo Docente Estruturante (NDE) do Centro de Ciências Jurídicas da UFPB, Campus I, realizada no dia vinte e dois (22) de junho de dois mil e vinte e um (2021), às 15:00 horas. A reunião foi realizada de forma virtual na Plataforma Google Meet em virtude da restrição de encontros presenciais, devido à pandemia da Covid-19, conforme Portaria 323/GR/REITORIA, atualizada pela Portaria 125/GR/REITORIA. A reunião teve início com a abertura dos trabalhos conduzidos pela Presidente do NDE, Professora Coordenadora Professora Mestre Maria Ligia Malta de Farias. Estavam presentes os seguintes membros e convidados: Professora Doutora Alessandra de Macedo Asfora, Vice Coordenadora de Graduação em Direito João Pessoa; Professora Doutora Márcia Glebyane Maciel Quirino, representante do Departamento de Direito Público; Professora Doutora Lorena de Melo Freitas, representante do departamento de Direito Privado, Professor Doutor Fábio Bezerra dos Santos, representante de Direito Processual e Prática Jurídica; Professora Mestre Adrianade Abreu Mascarenhas, Assessora de Graduação do Curso de Direito de João Pessoa. Como convidados presentes à reunião, a Diretora do Centro de Ciências Jurídicas Professora Doutora Anne Augusta Alencar Leite Reinaldo; a Vice Diretora Professora Doutora Duina Mota de Figueiredo e o Assessor Acadêmico do CCJ João Pessoa, Pedro Felipy Cunha da Silva. Dando início aos trabalhos, a senhora Presidente do Núcleo Docente Estruturante deu boas vindas aos professores e professoras indicados mediante escolha departamental e confirmados mediante Portaria n. 04/2021 expedida pela Direção de Centro, no dia vinte e um de junho do presente ano, para mandato de dois anos, permitida uma recondução. A senhora presidente informou as atribuições do NDE, tais como: zelar pela integração curricular interdisciplinar; reformular o projeto pedagógico do curso de forma a atender às diretrizes acadêmicas e sociais elencadas no plano pedagógico; a Coordenação Geral do NDE deverá realizar reuniões periódicas, conforme a conveniência e necessidade para o bom andamento das atividades; os docentes que compõem o NDE devem atuar de forma integrada nas respectivas subáreas, visando compatibilizar os planos de extensão, ensino e pesquisa com as diretrizes emanadas pelo Projeto Pedagógico do curso de Direito João Pessoa. O Núcleo possui atribuições acadêmicas de acompanhamento, de acordo com a [Resolução CONAES nº 01](#), de 17 de junho de 2010, e atua no processo de concepção, consolidação e contínua atualização do Projeto Político Curricular (PPC). A composição atual de NDE tem excelente representação de professores doutores com muita prática pedagógica quer seja na graduação e após graduação. A presidente informou que o Ministério da Educação (MEC) abriu processo de avaliação do curso de Direito João Pessoa em janeiro do presente ano e documentos solicitados foram enviados para a preparação da visita que poderá ser realizada virtualmente, face a pandemia do Covid 19. Foi dada a palavra a Diretora Professora Anne Alencar que manifestou a importância participação do Nucleo Docente Estruturante (NDE) e a necessidade de caminhar para alcançar uma melhor nota no processo avaliativo tendo apoio da direção de Centro e atuação ocorra de acordo com as normativas do Conselho Superior Universitário (CONSUNI) que determina a formação de docentes com titulação máxima de pelo menos sessenta por cento de sua composição; membros docentes que tenham experiência e participação em outras visitas da Comissão do MEC com atribuições acadêmicas de acompanhamento, de acordo com a [Resolução CONAES nº 01](#), de 17 de junho de 2010, e atue no processo de concepção,

consolidação e contínua atualização do PPC. Retomando a palavra, a presidente do Núcleo explicou que a pontuação do Comitê de Avaliação no ano de dois mil e quinze atribuiu a nota três à categoria Núcleo Docente Estruturante, ficou a dever no somatório de pontos, face a dificuldade em reunir com assiduidade os professores. Foi dada a palavra para os professores presentes e a vice-diretora professora Duina Porto, perguntou se é de conhecimento do grupo algum curso da Universidade Federal da Paraíba do Campus I, estando passando por avaliação do MEC, no corrente ano. A presidente do NDE disse desconhecer qualquer procedimento avaliatório remoto ou presencial. A diretora Anne lembrou que em reunião recente com a professora Silvana Carneiro, Pró-Reitora de Graduação da UFPB, foi dito que o curso de Direito de João Pessoa seria o primeiro a ser avaliado pelo MEC na UFPB. Foi repassada a pergunta para a Assessora de Graduação, professora Adriana Mascarenhas, que atualmente exerce a função de Coordenadora Acadêmica da Pró-Reitoria de Graduação da UFPB. A professora Adriana relembrou que o NDE no ano de dois mil e doze foi institucionalizado no CCJ, sendo regido à época por outras normativas que exigiam composição colegiada com muitos representantes, dificultando assim, o estabelecimento do quórum necessário para as discussões pautadas. A visita programada para este ano foi suspensa, em observância aos protocolos sanitários da pandemia. Os professores avaliadores do MEC estão passando por um treinamento virtual para realização de um processo de análise de forma remota. Existem diversos cursos da UFPB na linha de avaliação, por exemplo, curso de medicina que vai receber visita presencial, no entanto, nada foi efetivado. Dando continuidade às informações, a assessora de graduação professora Adriana destacou a importância da atualização dos componentes curriculares, os departamentos devem proceder às atualizações de suas disciplinas, inclusive, a necessidade de divulgação das ementas e planos de curso no sistema integrado eletrônico – SIGAA/UFPB para consulta de toda a comunidade acadêmica. Disse que a demanda para as adequações curriculares e ementas, leva tempo porém, se faz necessário que as adequações sejam iniciadas antes da visita do MEC. Dando continuidade aos trabalhos, a senhora presidente passou a palavra à professora Márcia Glebyane, representante do departamento de Direito Público, e recentemente foi coordenadora do curso de direito de João Pessoa, responsável inclusive, pelas informações encaminhadas ao MEC no momento da abertura do processo de visitação, em janeiro último. A professora Márcia explicou que as disciplinas e ementas do departamento de Direito Público foram publicadas junto a plataforma do SIGAA, esclareceu que no momento da migração do antigo Sistema de Controle Acadêmico (SCA) para o atual Sistema Integrado Acadêmico (SIGAA) ocorreu de forma aleatória a introdução das disciplinas do currículo antigo para o atual sistema eletrônico integrado – SIGAA/UFPB. Nessa oportunidade, a professora Lorena Freitas, representante do Departamento de Direito Privado, indagou se a ementa da disciplina não consta do programa de curso no momento da inserção e cadastramento do plano de curso pelo docente no Sigaa. Respondendo à questão, a professora Márcia diz que as ementas são disponibilizadas pelas chefias departamentais e não pelo docente. O professor não tem acesso às ementas que fica sob responsabilidade do chefe de departamento disponibilizar junto ao Portal Público do sistema eletrônico virtual. Outra questão relevante, é o cadastramento do plano de curso no Sigaa, pois o MEC realiza uma análise preliminar nos portais virtuais do CCJ/UFPB, antes da chegada propriamente dita do Comitê Avaliador. Nesse sentido, a professora Márcia acredita ser essencial para o NDE propor os seguintes critérios: acompanhar as avaliações periódicas dos docentes realizadas pelos discentes do curso; informar ao MEC com que base ocorrem as alterações no ementário do curso ou as mudanças no projeto pedagógico; realizar uma pesquisa junto aos alunos egressos, pois os avaliadores querem saber onde estão os egressos, onde trabalham, quais áreas estão ocupando; composição do NDE com perfil de professores

com dedicação exclusiva, tempo de magistério, que conheçam a estrutura curricular do curso e possam indicar qual melhor forma de nivelamento dos alunos que apresentem defasagem de aprendizagem, em especial, aqueles professores que ministrem aulas em períodos diferentes e possam acompanhar melhor as defasagens do alunado. Em seguida, a senhora presidente agradeceu os esclarecimentos prestados pela professora Márcia Glebyane, propondo aos professores presentes que sugerissem propostas iniciais para realização dos trabalhos, tais como: a solicitação através de ofício aos departamentos para que os planos de curso sejam atualizados e disponibilizados na plataforma do Sigaa, caso necessário, as ementas sejam atualizadas e apreciadas pelos departamentos e divulgadas no portal público da plataforma Sigaa. Foi encaminhado a todos os docentes, ofício da secretária da biblioteca setorial solicitando o envio da bibliografia básica e complementar de cada disciplina para constarem na consolidação do acervo bibliográfico do curso de Direito de João Pessoa. Nesse momento, o professor Fábio Bezerra, representante do departamento de Direito Processual e Prática Jurídica pede a palavra e solicita, com base no último Relatório de Avaliação do MEC, a checagem e uma lista dos indicadores de avaliação do MEC, em especial, das categorias que necessitam melhor pontuação. Sugeriu também, seja colocado no site da coordenação um questionário para que os alunos egressos respondam. Outra sugestão de encaminhamento do professor Fábio Bezerra é que a chefia departamental oficie aos docentes a necessidade de atualização do currículo Lattes na plataforma do CNPQ. A tramitação e aprovação das novas ementas se faz através do colegiado departamental e encaminhamento a posteriori ao NDE. Na sequência, o assessor técnico Pedro Felipy, destacou que no início do ano, a Pró-Reitoria de Graduação (PRG) deu ciência da abertura pelo MEC do processo de avaliação do curso de Direito João Pessoa. Naquele momento, foi feito o levantamento da documentação pedida e a remessa para o MEC. O servidor Pedro Felipy compartilhou os links das disposições normativas que norteiam o trabalho de avaliação, tais como: Portaria MEC n. 796/2020 sobre sobrestamento dos processos de credenciamento; a Portaria MEC n. 840/2018 sobre procedimentos do INEP referentes às avaliações; a Portaria MEC n. 315/2018 sobre procedimentos de supervisão e monitoramento das IES e a Portaria n. 322/2020 que trata do acervo digital dos documentos das instituições públicas. Segundo o assessor acadêmico, a PRG enviou um roteiro para a coleta de documentos para avaliação, são eles: I- atualizar as ementas e os planos de curso, e divulgação na biblioteca analógica ou Digital; II- rever o PPC do curso; III- consertar os requisitos das disciplinas no sistema; IV- atualizar o Lattes dos professores; V- pastas com as produções dos professores disponibilizadas nos portais virtuais; VI- reativar o Núcleo Docente Estruturante. Em seguida, a presidente dos trabalhos, agradeceu as contribuições do assessor acadêmico, passando a palavra a professora Anne que analisou a infraestrutura do CCJ, relatando que os ambientes físicos do CCJ são deficitários e a não existência de ambientes de trabalho tão necessários para a convivência acadêmica precisam ser efetivadas. Se faz necessário a reestruturação dos espaços de ambiência do CCJ. A diretora comentou que apesar do projeto de reforma aprovado há mais de seis anos, já se encontra desatualizado. Os novos protocolos de biossegurança precisam ser atendidos e exigem espaços para ventilação, portanto, necessário o cumprimento destas metas para o retorno presencial. Dando continuidade aos trabalhos, o professor Fábio Bezerra solicitou que a servidora Jamille do departamento de Direito Processual fosse ouvida e que informasse como o departamento está atuando na coleta dos documentos do setor. A servidora Jamille informou que estão sendo feitos arquivos virtuais do alunado com as diversas peças processuais das disciplinas de Prática Jurídica, importante essa documentação para avaliação. A servidora disse ainda, que, existe planilha com informações dos docentes que entregaram as ementas, atualizaram o Lattes, enviaram à biblioteca setorial

as referências bibliográficas das disciplinas ministradas e que foi colocado a data de vinte e nove de julho para o envio dos documentos solicitados pela chefia departamental. A Professora Lorena Freitas sugeriu que no ofício dirigido aos departamentos, fosse pedido aos docentes enviarem novas propostas de ementas, caso necessário, acompanhadas da ementa anterior e com a devida justificativa para mudança e adequação. Na mesma linha de ideia a professora Alessandra Macedo, vice presidente do NDE e vice coordenadora do curso de Direito João Pessoa, sugeriu que os departamentos formem núcleos de trabalho nas áreas afetas as determinadas disciplinas, por exemplo, direito civil, direito penal, disciplinas propedêuticas, dentre outras, para que ocorra uma interconexão de sugestões para um novo ementário, e que essa prática fosse formalizado pelo NDE. Nesse ínterim a professora Duina Porto comentou que levou essa prática quando ingressou como docente no Departamento de Santa Rita, em relação às disciplinas de Processo Civil. Buscou os professores para sintonizarem os conteúdos programáticos de Processo Civil, pois, sendo o NDE o fio condutor dessas práticas, poderia solicitar aos departamentos mediante justificativa, para que disciplinas de áreas afins pudessem harmonizar as ementas. Estando todos de acordo com essas solicitações dirigidas através de ofícios direcionados aos departamentos do CCJ/Campus I, com os seguintes encaminhamentos: em primeiro lugar para que se divulgue no portal público do Sigaa, as ementas dos departamentos ,juntamente, com os planos de curso dos componentes curriculares; em segundo, o pedido de atualização dos currículos Lattes; terceiro lugar , produção das referências bibliográficas, em consonância ao acervo da biblioteca setorial, podendo ser adotada os livros em formato digital. Para a próxima reunião fica sugerido a questão da elaboração do questionário de avaliação semestral dos professores respondido pelos discentes do curso de graduação em Direitos de João Pessoa, conforme sugestão da professora Márcia Glebyane. Não havendo mais assuntos a serem tratados, a Presidente do Núcleo Docente Estruturante deu por encerrada a reunião. A reunião foi gravada na Plataforma Google ao Meet através do Link da videochamada: <https://meet.google.com/wov-vtwj-wgtem> João Pessoa, 22 de junho de 2021. Eu, Maria Ligia Malta de Farias, presidente do Núcleo Docente Estruturante do Centro de Ciências Jurídicas/ Campus I, lavro a presente ata, que será por todos (as) lida e assinada.

Presidente: _____

Vice-Presidente: _____

Membros :

_____ (DDPU)

_____ (DDPRI)

(DDPPJ)

(Assessoria Graduação)